

■ POLÍTICA

Dívida pública será tema da campanha de 2002

Crescimento do passivo de municípios, estados e União aparece como forte ingrediente e seu debate já movimenta a oposição

Luciano Somenzari
de São Paulo

A crise financeira do Estado brasileiro, pressionada em grande parte pela crescente dívida interna — hoje em torno de R\$ 640 bilhões, o correspondente a 52% do Produto Interno Bruto (PIB) —, tem combustível político suficiente para virar assunto na campanha presidencial do ano que vem. A maneira como a equipe econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso vem administrando esse passivo é motivo de duras críticas vindas dos partidos de oposição, principalmente do PT.

O assunto tem sido recorrente entre parlamentares e a questão que se coloca é: qual o tamanho do rombo que o próximo presidente da República vai herdar? O deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) afirma que a crescente dívida brasileira, junto com as altas taxa de juros e do dólar, certamente farão parte dos debates entre os futuros candidatos, desde que não haja nenhuma outra crise mais grave até lá. “Se acontecer algo como o agravamento da crise energética ou algum novo caso de corrupção, esse assunto tende a ficar de fora”, diz.

O endividamento de estados e municípios — quase todos renegociados

com o governo federal — também é fonte de grande preocupação. O deputado estadual paulista Renato Simões (PT) é um dos que aproveitam o tema para condenar o modelo adotado pela administração tucana, tanto em São Paulo quanto no País. “Qualquer candidato do PT (a governador ou a presidente da República) vai ter de tratar desse assunto como tema central. Não adianta fazer campanha só falando em ética ou em políticas compensatórias”, diz Simões. O comentário soa como crítica ao próprio PT, que conquistou várias prefeituras nas eleições de 2000 com discursos focados principalmente na ética e na adoção de programas sociais.

Na opinião do líder do governo na Câmara dos Deputados, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), o tema da dívida pública é tão árido para o eleitor comum que vai passar ao largo de qualquer discussão. “É o tipo de crítica muito fácil de responder (pelo futuro candidato governista)”. Madeira lembra que o governo federal teve de assumir, só do rombo dos estados, cerca de R\$ 102 bilhões. “Não podemos esquecer dos esqueletos deixados pelas administrações anteriores”, disse.

Desde já, o debate começa a esquentar em São Paulo. Um estudo

Evolução da dívida de São Paulo				
	(em R\$ bilhões)			
	1998	1999	2000	2001*
• Dívida pública total**	83,9	82,5	84,2	-
• Juros e encargos	2,61	2,30	2,67	1,55
• Amortização	2,31	2,91	0,615	0,311
• Investimentos	1,81	1,25	1,63	0,310
• Inversões financeiras***	1,29	1,35	1,70	1,025

Fonte: Secretaria da Fazenda de São Paulo - execução orçamentária e Balanço Geral do Estado
*Junho de 2001 **Deflacionados pelo IGP-DI (R\$ dezembro de 2000)
***Recursos destinados a empresas públicas e de economia mista (geralmente usados para o pagamento de dívidas dessas empresas)

elaborado pela assessoria do deputado Renato Simões traça um paralelo entre o crescimento da dívida federal e a estadual. A exemplo da União, a dívida pública paulista aumenta a cada ano. Era de R\$ 34,1 bilhões em dezembro de 1994 e bateu em R\$ 84,2 bilhões no fim de 2000, um aumento real de 37% acima da inflação do período, medida pelo IGP.

O secretário estadual de Economia e Planejamento, André Franco Montoro Filho, contesta o conceito utili-

zado por Simões. “Nem toda dívida é necessariamente ruim, o importante é que São Paulo tem capacidade de pagamento, coisa que não havia quando o governador Mário Covas (morto no início do ano) assumiu em 1995”, afirma. A administração tucana herdou um rombo de caixa de R\$ 23,3 bilhões, e em maio de 1997 — quando esse montante estava em R\$ R\$ 50,3 bilhões — fez um acordo de refinanciamento com o governo federal, com prazo de 30 anos.

Simões quer utilizar os dados sobre a dívida de São Paulo como subsídio para uma eventual CPI na Assembleia Legislativa. O pedido para investigar o assunto já foi protocolado na Casa.

O estudo elaborado pela assessoria Simões — a partir de dados oficiais — diz que mesmo com o acordo de refinanciamento de R\$ 46,5 bilhões (92,4% do total) o crescimento da dívida paulista não se conteve nem com as operações do Programa Estadual de Desestatização (PED), que desde 1996 já conseguiu arrecadar cerca de R\$ 32 bilhões.

Para Simões, fica clara a frustração do governo paulista em não conseguir vender até agora a Cesp-Paraná, por causa da crise energética. “Por isso que tiveram que recorrer à venda de 49% das ações da Nossa Caixa.” De acordo com Montoro, a venda das ações da Nossa Caixa não tem nenhuma relação com a amortização da dívida. “Isso é totalmente irrelevante, pois o pagamento das parcelas está limitado a 13% da receita líquida”, disse. Segundo os termos do acordo de refinanciamento, o saldo não-amortizado é jogado para a frente, o que acaba aumentando o passivo.

Segundo Montoro, o saldo da dívida paulista só diminuirá daqui a

alguns anos. “É como um cidadão que contrai um empréstimo bancário para financiar a casa própria, no início a dívida sempre é alta.”

O professor de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Gustavo Zimmermann, afirma que, pelos termos que estão estabelecidos no acordo, a dívida de São Paulo é impagável. “O que não quer dizer que o estado esteja num mato sem cachorro”, disse Zimmermann. Ele faz eco com a declaração de Montoro Filho e afirma que o comprometimento a longo prazo do estado não é progressivo, pois os pagamentos estão limitados a 13% da receita, o que dá fôlego ao governo.

“Se as condições econômicas continuarem as mesmas, o governo federal vai ter de dar um jeito, ou seja, em última instância o mico da dívida de São Paulo vai sobrar para a União.” O professor também endossa a crítica feita em relação às privatizações realizadas tanto pelo estado quanto pela União. Nas palavras dele, o Brasil precisa receber mais de US\$ 30 bilhões por ano, seja pela venda de patrimônio público ou pela manutenção de altas taxas de juros. “É uma política econômica de custo muito grande.”